

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE Nº 22.110.2016-30-TCE (C/06 Anexos)
ENTIDADE: Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas do Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE
RESPONSÁVEL: Cristovam Pontes de Moura – Diretor Geral do DERACRE à época.
PROCURADOR: -
RELATOR: Cons. José Augusto Araújo de Faria

ACÓRDÃO Nº 10.625/2018

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE. **Irregularidade**. Aplicação de multa sanção. Abertura de Processo Autônomo. **Condenação**. Devolução. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator, Considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas do Departamento de Estrada de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, exercício orçamentário e financeiro de 2015, de responsabilidade do Senhor **CRISTOVAM PONTES DE MOURA** – Diretor Geral à época, com fulcro no art. 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93; **2) Pela aplicação de multa sanção** ao Senhor CRISTOVAM PONTES DE MOURA – Diretor Geral à época, com fulcro no art. 89, incisos II e IV da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de **R\$ 14.280,00** (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), em face de ato praticado com grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; **e ainda**, não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal, **quanto a falta da análise do contrato nº 4.08.070A**, infringindo o art. 75, da LCE nº 38/93; e **aplicação** dos recursos do Convênio nº 016/2015, **em desconformidade** com o

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

objeto descrito nas cláusulas primeira e segunda; **3) Pela Abertura de Processo Autônomo**, para análise de toda a execução do **Contrato nº 4.08.070A**, e dos demais Contratos de “Supervisão Técnico-Ambiental, Consultoria e Gerenciamento das Obras Rodoviárias” da BR 364, **ante a falta de encaminhamento** das informações solicitadas e dos fortes indícios de irregularidades; **4) Pela Condenação** do Senhor **CRISTOVAM PONTES DE MOURA** -Diretor Geral à época, a **devolver** a quantia de **R\$ 7.500,00** (sete mil e quinhentos reais), correspondente ao Convênio nº 016/2015 – Recursos recebidos **sem a comprovação da execução do objeto**, em desacordo ao estabelecido pela Cláusula Sexta do instrumento, **Portaria Interministerial nº 507/2011 e art. 51, do Decreto Estadual nº 3.024/2011**, item 8, letra “b”. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco – Acre, 07 de outubro de 2016.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA

Procurador do MPE/TCE/AC